



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOÃO JOSÉ MIGUEL

**IMPACTOS DA DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA EM ANGOLA (2014-2022):
PERSPECTIVAS E DICURSOS DA OPOSIÇÃO POLÍTICA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

JOÃO JOSÉ MIGUEL

**IMPACTOS DA DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA EM ANGOLA (2014-2022):
PERSPECTIVAS E DICURSOS DA OPOSIÇÃO POLÍTICA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Daniel De Lucca.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

JOÃO JOSÉ MIGUEL

**IMPACTOS DA DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA EM ANGOLA (2014-2022):
PERSPECTIVAS E DICURSOS DA OPOSIÇÃO POLÍTICA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial da obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado: 25/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel de Lucca Reis Costa (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	9
3	OBJETIVOS	11
3.1	GERAL	11
3.2	ESPECÍFICOS	11
4	JUSTIFICATIVA	11
5	REFERENCIAL TEÓRICO	14
6	METODOLOGIA DA PESQUISA	16
7	CRONOGRAMA	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa pretende se debruçar sobre os impactos económicos e políticos da desvalorização do Kwanza em Angola entre os anos 2014 e 2024. Neste período, Angola enfrentou uma das mais graves crises económicas desde o fim da guerra civil, que começou em 1975 e teve o seu fim em 2002 (Silva, 2018).

Dias afirma que “Desde o fim da guerra civil em Angola, 4 de abril de 2002, a economia angolana registou um crescimento do seu PIB real até o ano de 2015. Isto deve-se ao facto do preço do barril de petróleo, a sua principal fonte de exportação, ter registado uma forte subida entre 2002 e 2012 – de 25 US\$/Barril, em 2002, para 112 US\$/Barril em 2012, um crescimento superior a 400%. ” (Dias, 2021, p. 4)

A queda abrupta dos preços de commodities no mercado global a partir de 2014, segundo o Centro de Estudos e Investigação Científico (CEIC, 2016), reduziu drasticamente as receitas do Estado angolano, gerando escassez de divisas, aumentando a inflação, crescimento da dívida pública e uma queda expressiva do poder de compra da população. Impulsionada tardiamente pela crise financeira global de 2008-2009, a acentuada desvalorização do Kwanza, iniciada na década seguinte, revelou fragilidades estruturais da economia angolana, historicamente dependente da exportação de petróleo.

Angola é um país rico em recursos naturais, como petróleo e gás natural, sendo um dos maiores produtores de hidrocarbonetos em África. A dimensão de seu território e sua localização costeira, próxima das rotas marítimas essenciais para o comércio no Atlântico Sul e no mercado global, aumentam a relevância geoestratégica do país. Além disso, Angola é membro fundador da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), organização que também integra Camarões, República Democrática do Congo, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe.

Segundo embaixada de Angola na turquia (2022), a Comissão do Golfo da Guiné nasceu do tratado assinado em Libreville, República do Gabão, a 3 de julho de 2001, constituindo-se num instrumento institucional para a governança regional, visando o desenvolvimento sustentável daquele espaço africano, por meio da exploração de recursos e da “economia azul”, e o combate de ameaças à segurança marítima, como pirataria, contrabando e pesca ilegal. A presença maciça de recursos energéticos offshore na região, abriu a possibilidade dos Estados ribeirinhos, integrantes da Comissão do Golfo da Guiné, estabelecerem formas de cooperação internacional visando o desenvolvimento coordenado no setor.

Figura 1 - Mapa do Golfo da Guiné



Fonte: <https://mistobrasil.com/2023/09/30/marinha-brasileira-podera-combater-a-pirataria-no-golfo-da-guine/>

A economia de Angola tem na exploração e na exportação de petróleo cru o seu pilar fundamental. Neste sentido, o modelo de desenvolvimento de Angola apresenta características típicas de um “petro-Estado”. Segundo Karl (1997, p. 23), “petro-Estados são países cujas estruturas econômicas e políticas dependem fortemente da produção e exportação do petróleo, frequentemente resultando em concentração de poder político, instituições frágeis e vulnerabilidade a choques externos”. É possível afirmar que a combinação da “maldição dos recursos naturais” e a especificidade angolana como petro- estado, são situações que limitam a capacidade do desenvolvimento no país e mantém sua população refém das crises das commodities, geradas pelo mercado internacional, mas que afetam diretamente a economia e a sociedade nacional.

A queda do valor do petróleo na segunda década do século XXI impactou negativamente a moeda nacional angolana, o Kwanza, gerando grande inflação. Diante do agravamento da crise econômica em Angola, partidos têm-se manifestado com críticas contundentes às políticas do governo no que concerne à recuperação econômica do país. Esta crítica tem sido manifesta na própria cultura popular, como na conhecida canção intitulada “Kwanza Burro”, do músico Matias Damásio, que refletiu sobre a desvalorização da moeda e a insatisfação do povo. Em sua letra, Damásio utiliza a expressão Kwanza Burro estabelecendo uma forte demarcação temporal entre o antes e o depois da desvalorização da

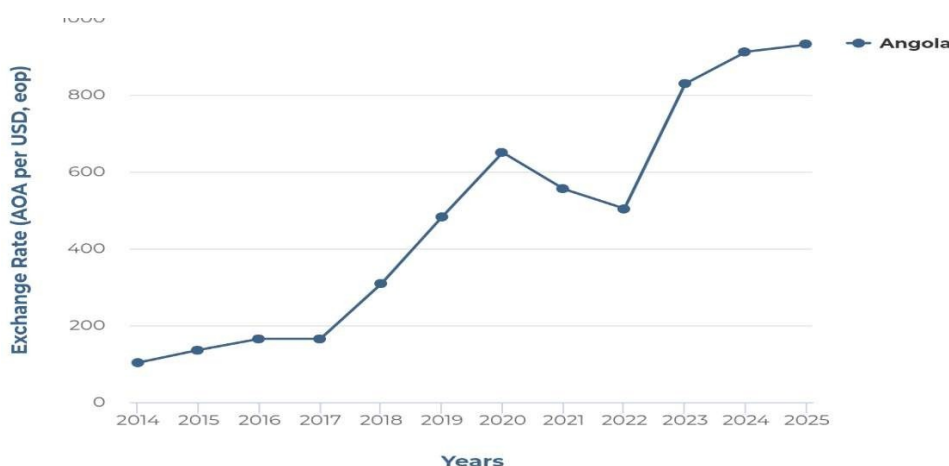
moeda. A canção reconhece as dificuldades econômicas enfrentadas, não da perspectiva de um empresário ou administrador público, mas a partir da perspectiva dos cidadãos comuns que veem seu custo de vida subir e pensam em ir embora - mas para onde? A música assume, assim, um papel de denúncia e de conscientização coletiva.

Para ilustrar a percepção popular acerca da crise econômica vivida no país, a música *kwanza burro*, de Matias Damásio, apresenta versos que traduzem um sentimento social diante da perda do valor da moeda. como o artista expressa na letra:

*No tempo do Kwanza Burro ê
 Maria não conhecia dólar
 Era tudo por amor
 Quando se amava se davam flores
 No tempo do Kwanza Burro
 Nosso saudoso Kwanza obediente
 Só bastava 50 cimbeu
 P'ra comprar pitéu
 No tempo do Kwanza Burro ê
 Gasparito não era ambi
 Se comprava na loja do povo e o povo comia
 Se comprava na loja do povo e o povo comia
 No tempo do Kwanza Burro ê
 Alambamento era tradição
 Garrafão de vinho na mão
 E na carta 50 cimbeu
 Hoje o Kwanza ficou esperto ê
 Mamaué, mamaué
 Na carta do pedido é mbora dólar, wé
 Vamos parar aonde, mama?
 Hoje o Kwanza ficou esperto ê
 Mamaué, mamaué
 Maria não quer flores, quer mbora dez e Vera Cruz
 Vamos parar onde?
 Só me resta é chorar, mamaué (Uô, uô, uô)*

Taxa de câmbio entre o dólar norte-americano (USD) e o kwanza (AOA) constitui um dos principais indicadores da dinâmica macroeconômica de Angola, conforme o gráfico abaixo:

Figura 2 - Representação gráfica da taxa de cambio do Kwanza para Dólar



Fonte: https://www.focus-economics.com/country-indicator/angola/exchange-rate/?utm_source=

Os impactos políticos da desvalorização do Kwanza estão associados ao nível de vida dos cidadãos angolanos e na incapacidade de controlar o avultado nível de inflação cambial e monetária do país, trazendo insatisfação popular com o atual governo do MPLA. A condição econômica do país levou ao especial desagrado da população jovem, sendo que 64,9% da população angolana tem menos de 25 anos, (Negócios de Angola, 2022), juntamente com associações civis e movimentos sociais. A desvalorização do Kwanza também serviu de justificativa e impulso para uma agenda reformista, só que com poucos resultados. Os sucessivos acordos com os principais credores da dívida externa angolana (FMI, Banco Mundial e China) tornaram o país mais dependente no que concerne ao investimento em políticas domésticas, diminuindo a autonomia do Estado. Tal como Nkrumah afirmou no passado, a respeito do neocolonialismo, ainda hoje a dívida externa continua a operar como um poderoso mecanismo de controle e subordinação das nações endividadas em relação aos agentes credores.

Essas agências têm o hábito de forçar possíveis tomadores de empréstimos a se submeterem a várias condições ofensivas como, fornecer informações sobre sua economia, submeter suas políticas e planos à revisão do Banco Mundial e aceitar a supervisão da agência sobre seu uso de empréstimos. (Nkrumah, 1965, p. 188).

No caso angolano, as reformas econômicas impulsionadas pelo FMI em 2018, embora fossem anunciadas com o objetivo de frear ou estabilizar a economia, também limitaram a capacidade do estado investir em outros sectores estratégicos, como saúde, educação, infraestrutura e políticas de desenvolvimento. Como aponta Chang (2003), os países hoje

tidos como desenvolvidos não praticaram as políticas econômicas liberais e neoliberais que recomendam e frequentemente impõem aos países em desenvolvimento. Pelo contrário, os países do Norte Global, em sua trajetória de desenvolvimento, mobilizaram políticas ativas de intervenção estatal em setores do mercado, com tarifas protecionistas e subsídios. Exatamente o que hoje condenam.

Tais questões demonstram como este assunto requer um olhar mais cuidadoso e metódico, para se compreender as raízes da crise angolana e seus impactos. Ao analisarmos a dinâmica histórica do país, dá para se entender que a crise em estudo antecede o contexto a ser pesquisado neste trabalho, entre 2014 a 2022. Por isso, no decorrer do estudo, será necessário traçar questões formativas que levaram à situação atual em Angola, considerando a crítica e o discurso da oposição.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

A desvalorização do Kwanza em Angola tem contribuído para a desigualdade social em Angola, aumentando a assimetria entre a elite e a classe trabalhadora, a população urbana e rural, no que concerne na aquisição de bens e serviços (Nafioia, 2023). Isso, pois somada à desigualdade de classes, manifesta-se em Angola também uma profunda desigualdade social entre os espaços da cidade e do campo. De acordo com o relatório de pobreza em Angola, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019) a pobreza é mais prevalente nas áreas rurais com uma taxa de 57,2%, em comparação com 29,8% nas áreas urbanas.

A redução drástica do valor das commodities, em especial o petróleo, em um país altamente dependente destas exportações, desencadeou num processo de inflação acelerada que produziu desemprego em massa e empobrecimento generalizado. O desemprego afeta, sobretudo, jovens e mulheres em níveis alarmantes. Por outro lado, a esperança de se melhorar de vida levou ao aumento do fluxo de emigração principalmente para países como Portugal, Brasil e África do Sul. Segundo o jornal Valor Econômico (2025), durante o ano de 2017 a 2020, saíram cerca de 4,454 milhões de angolanos em busca daquilo que lhes foi negado em casa, como estabilidade econômica, acesso ao emprego e trabalhos formais, em suma, condições dignas de vida.

Diante deste cenário, levanta-se a seguinte pergunta de pesquisa: como a desvalorização do Kwanza tem impactado o cenário político e económico em Angola entre 2014 e 2022, segundo discurso da oposição? O petróleo responde a mais de 90% das

exportações angolanas e constitui uma parcela significativa do PIB. Essa dependência torna o país altamente vulnerável a flutuações nos preços internacionais, o que tem sido um dos fatores chave na instabilidade econômica, o que ajuda a explicar a crise que afetou o país nos últimos anos.

Em Angola, a oposição política ocupa um espaço de manobra muito limitado, porém significativo, dentro de um sistema marcado pela hegemonia prolongada de um mesmo partido no poder, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que governa o país desde a independência, em 1975. Essa hegemonia moldou as instituições, os meios de comunicação e a própria cultura pública nacional, o que coloca grandes obstáculos estruturais e simbólicos para a oposição.

Do ponto de vista político, considera-se aqui, que a oposição desempenha um papel essencial para construção de uma cultura democrática, na promoção da transparência governamental. A presença da oposição partidária, da contestação política e do discurso crítico, mesmo que muito limitada, mantém vivo o sentido democrático da disputa das ideias e do debate público. No contexto político angolano, entende-se por oposição política não só o conjunto de partidos, mas também os movimentos, as lideranças e intelectuais que tensionam e se posicionam de forma crítica em relação ao partido dominante, o MPLA.

Os revús (opositores), constituem um dos autores sociais mais expressivos na crítica ao governo angolano, pois articulam denúncias de corrupção, violações de direitos e restrições à liberdade.

Um dos episódios mais emblemáticos da repressão aos jovens ativistas angolanos foi o caso do “15+2”, ocorrido em 2015, quando dezessete revus foram detidos durante um encontro de leitura e debate político. No dia 28 de março, o tribunal provincial de Luanda os condenou por alegar crimes preparatórios de rebelião e associação de malfeitores.

Dentre eles estavam os Srs. Domingos da Cruz, Sedrick de Carvalho, Luaty Beirão, José Gomes Hata, Nito Alves, Afonso Matias “Mbanza Hamza”, Hitler Samussuko, Inocêncio Brito “Drux”, Albano Bingo, Fernando Tomás “Nicola”, Nelson Dibango, Arante Kivuvu, Nuno Álvaro Dala, Benedito Jeremias, Osvaldo Caholo, que foram detidos em junho de 2015, e as Sras. Rosa Conde e Laurinda Gouveia, que também foram sentenciadas, mas respondiam o processo em liberdade, liberdade estava vinculada às limitações severas, preservando o poder punitivo do Estado

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Descrever os impactos econômicos e políticos da desvalorização do Kwanza em Angola, a partir dos discursos da oposição política.

3.2 ESPECÍFICOS

- Explorar as narrativas econômicas utilizadas pela oposição para descrever os impactos da desvalorização da moeda
- Compreender fatores que influenciaram na desvalorização do Kwanza em Angola.
- Identificar como os principais partidos da oposição caracterizam a desvalorização do Kwanza em documentos oficiais.

4 JUSTIFICATIVA

A escolha pelo estudo sobre os impactos da desvalorização do Kwanza em Angola, segundo discursos da oposição política, justifica-se pela relevância do agravamento da crise no país e estreitamento dos espaços institucionais e discursivos de contestação. A acentuada queda do valor da moeda nacional, impulsionada pela baixa nos preços do petróleo e pela fragilidade da estrutura produtiva Angolana, produziu efeitos diretos sobre o custo de vida, o desemprego e a confiança nas instituições do Estado.

Compreender como esse processo afetou a estabilidade política do país permite não apenas analisar impactos imediatos da crise, mas também refletir sobre os limites do modelo econômico, baseado na exportação de commodities, e do sistema político, hegemonizado por um mesmo partido a cinquenta anos. Assim, a pesquisa permite analisar a inter-relação entre economia e política, numa situação de “crise”, ou pelo menos assim definida pelos atores nacionais.

A transição de poder em Angola, entre o ex-presidente José Eduardo dos Santos e o atual presidente João Lourenço, ocorrida em 2017, foi marcada por tensões políticas e por uma disputa narrativa em torno do estado das finanças públicas. Ao assumir a presidência,

Lourenço declarou que encontrou os “cofres do vazio”, insinuando uma gestão financeira desastrosa no final do longo mandato dos Santos. A declaração gerou controvérsias uma vez que figuras ligadas ao antigo presidente, incluindo membros do MPLA, contestaram a afirmação, argumentando que havia reservas internacionais e uma estrutura orçamental funcional (Angop, 2017; DW, 2018). Essas divergências revelaram que não havia apenas uma crise econômica em curso, ligada a queda do preço abrupto do petróleo, mas também um reposicionamento político interno no seio do partido dominante, o MPLA, com Lourenço tentando se afastar da má imagem atribuída à longa gestão do presidente anterior, que governou entre 1979 e 2017.

Sobre a tensão envolvida nesta transição, um deputado do maior partido da oposição, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), Joaquim Nafioia, posicionou-se publicamente, alertando para as consequências reais da desvalorização do Kwanza.

A crise económica angolana é estruturalmente de causas de natureza política. Portanto vê-se a realidade vivida pela população angolana quanto a precariedade na aquisição de serviços básicos de bens essenciais como saúde alimentação e vestuário digno as pessoas, a falta de emprego dá-se por conta da crise como conta as estatísticas feitas pela INE (instituto nacional de estatística), com a crise econômica no ano de 2014 provocando o encerramento de 10.711 empresas em todo território nacional, ao menos a média de encerramento de 6 empresas por dia, essa foi uma série de encerramento entre 2015 a 2018. (Jornal Expansão, 2019).

Denunciando o crescimento do desemprego e chegando a afirmar “que já não existe classe média em Angola”, Nafioia evidenciou o colapso de um pequeno segmento que historicamente legitimou a elite política e sustentou o mercado interno. Em seu discurso o deputado trouxe a questão da insegurança econômica vivida sobretudo pelos angolanos da cidade, de classe média e baixa, que testemunham o desaparecimento de postos de emprego e a queda do poder de compra face à inflação.

A oposição ao governo também se expressou nas recentes manifestações em Angola no dia 12 de julho, motivadas pelo aumento do preço do combustível, das passagens de táxis e das propinas para o transporte. Neste contexto de levante popular, a atuação da polícia foi amplamente questionada pelos manifestantes, organizações não governamentais e políticas, devido ao excessivo uso da força repressiva. Diante dos acontecimentos, alguns partidos da oposição e membros da sociedade civil vieram à público. (DW, 2025)

Em comunicado o grupo parlamentar da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) afirmou que a polícia angolana agiu “ao arrepio da constituição e da lei” tendo usado da violência e abuso da força policial para reprimir uma manifestação pacífica e

sem armas. A ação, segundo o partido, feriu dezenas de cidadãos que participaram das manifestações que decorreram na capital do país (Luanda). (D.W, 2025) Em outro comunicado, líderes da Frente Patriótica Unida (FPU) destacaram o elevado nível de insensibilidade institucional para os graves problemas nacionais, face à onda de protesto generalizada, que em Luanda, resultou na morte de 11 cidadãos civis, dentre elas uma criança de 12 anos, para além de alguns membros das forças policiais (DW, 2025)

Diante disso, Francisco Paciente, presidente da Associação nacional dos taxista de Angola (ANATA), em declaração ao Jornal Lusa, disse: “Recebemos a notícia com muita preocupação, com muita tristeza, porque, apesar de termos conhecimento da necessidade que o Governo diz ter em retirar gradualmente os subsídios aos combustíveis, nós como taxistas, dependentes totalmente dos combustíveis, sobretudo gasóleo, não estamos de acordo com a medida, porque ela vai piorar e asfixiar cada vez mais os taxistas”.

Em meio as contestações da sociedade civil, o Movimento Cívico Mudei (MCM), aponta que cidadãos angolanos exigem em petição pública a “destituição imediata” do Presidente da República, João Lourenço, considerando que desde que assumiu o cargo lidera um Governo caracterizado por “repressão, autoritarismo, violações sistemáticas dos direitos humanos e execuções sumárias”.

Ao analisar as falas da oposição política, observa-se que seus discursos são construídos de forma a enfatizar críticas diretas ao governo, destacando elementos como insatisfação popular e não só, a gestão econômica e a legitimidade e decisões do executivo.

Vemos então como esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das dinâmicas políticas que emergem em contextos de crise econômica prolongada, especialmente em economias africanas baseadas no extrativismo e marcadas politicamente por traços de autoritarismo. Além disso, este projeto pretende preencher uma lacuna nos estudos que integram análise econômica e política no caso angolano, fornecendo subsídios para reflexões sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável e uma governança mais democrática em Angola. Deste modo, esta pesquisa irá trazer elementos para o debate sobre os fatores que influenciam a legitimidade governamental em contexto de grande instabilidade, oferecendo uma análise crítica e contextualizada sobre o caso angolano no período proposto.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo exige uma fundamentação conceitual e teórica que permita compreender os caminhos de dependência e vulnerabilidade externa e dos discursos que os qualificam. O referencial servirá como base para analisar como fatores econômicos e políticos se relacionam no contexto angolano, contribuindo para fundamentação da análise dos discursos políticos que serão estudados ao longo da pesquisa. Especial destaque será dado para problemas associados ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento; às situações de crise e instabilidade econômica e política; e aos enquadramentos críticos voltados ao extrativismo, presentes em conceitos como o de petro-Estado, doença holandesa e maldição de recursos naturais.

De modo geral, parte significativa da dependência africana também pode ser explicada pela herança do colonialismo, que tinha como base primária a exploração e exportação de matérias primas locais, a ausência de preocupação com a pouca diversificação econômica no território colonial e a dependência do capitalismo global que se desdobrou no período pós-colonial. Angola é um dos países africanos ligado à dependência de commodities.

Walter Rodney (2022) destaca que, o subdesenvolvimento de África deu-se por conta do colonialismo afirmando que segundo estatísticas que hoje mostram a África subdesenvolvida são as mesmas que representam o fim do colonialismo. Com isso, Rodney critica o ocidente pelo desserviço feito no continente não só pela escravidão, mas também a pilhagem nas colônias, trazendo a questão do racismo como colonial elemento impulsionador da favelização e exploração do povo negro africano em grande escala. Segundo Samir Amin (1976), “o subdesenvolvimento não é uma etapa natural anterior ao desenvolvimento, mas sim o resultado de uma inserção dependente subordinada das economias periféricas no sistema capitalista mundial”. As economias periféricas sempre foram impostas como simples fornecedoras de matérias primas e mão de obra barata”. E Angola não é exceção da regra, pois passa por situação similar, fazendo com que o país não tenha um processo de desenvolvimento autônomo, e isso tem gerado dependência comercial, tecnológica e financeira.

Amartya Sen conceitua o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas possuem, ou seja, a ampliação das capacidades que os indivíduos têm para viver uma vida adequada e com bem-estar. Para Sen (2000) “o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas abrange a liberdade individual de fazer escolhas significativas, o acesso a serviços básicos como saúde, educação, segurança e cultura, e a possibilidade de exercer a cidadania plena”. Em Angola, o direito de

livre associação e livre expressão é reprimido e permanece parcialmente cerceado, o que dificulta não só o exercício de qualquer oposição política, mas também bloqueia a possibilidade de desenvolvimento, tal como definido por Sen.

Segundo Roubine (2011) “crise econômica é um período caracterizado por uma profunda recessão econômica, marcada pela explosão de dívidas, redução abrupta de salários, e ruptura das cadeias produtivas”. Somada à crise econômica, a dificuldade em estabelecer canais de diálogo entre o governo e setores da população angolana insatisfeitos também é um dos componentes que definem a chamada crise. Sartori (1995)”, cientista e teórico político italiano, define crise política como uma “fase de instabilidade no sistema governamental de um país, quando o estado não consegue atender as demandas sociais resultando assim em um descompasso nas ações do governo e na expectativa da sociedade”.

Com frequência, face a crises econômicas, nações que dependem da entrada de divisas demandam das instituições financeiras aportes. Tais empréstimos chegam com certas condicionalidades que alteram a capacidade de autonomia e ação dos Estados demandantes. Barbosa, em seu levantamento a respeito do debate sobre o desenvolvimento em África critica as políticas econômicas neoliberais que se imiscuem das dinâmicas africanas, submetendo problemas locais, nacionais e regionais à lógicas tecnocráticas orientadas pelo do establishment ocidental - apresentado como “global”. Barbosa analisa a passagem do debate do desenvolvimento para o autodesenvolvimento entre autores africanos e sugere que esta passagem pode ser entendida, dialeticamente, “na medida em que o desenvolvimento passa a ser visto como algo endógeno, que promove um salto para si mesmo, em outro nível” (Barbosa, 2021:79) Tal reflexão encontra dificuldades de ser aplicada concretamente ao cenário angolano, visto que seu modelo de desenvolvimento é fortemente ligado à demandas econômicas externas, à exportação de commodities, dependendo do apoio (e das condicionalidades impostas) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros credores, principalmente após a crise econômica em estudo.

Assim, um conceito que pode ser aproximado à realidade angolana é o da “maldição dos recursos naturais”. Sachs e Warner (1995) argumentam que países altamente dependentes de recursos primários como petróleo e minérios tendem a sofrer mais com crises econômicas, apresentando menor crescimento de longo prazo devido a volatilidade dos preços, a corrupção e má gestão das receitas. Em Angola a maldição dos recursos naturais é evidente por conta de vários aspectos tanto político como econômico. Ao que parece as elites políticas angolanas privatizam os lucros gerados pela venda de commodities, como petróleo, gás e diamante, num circuito fechado, em que apenas quem detém o poder político pode ter acesso

à riqueza socialmente produzida na economia nacional.

Segundo Karl (1997), “Petro-Estados são países cujas estruturas econômicas e políticas dependem fortemente da produção e exportação do petróleo, frequentemente resultando em concentração de poder político, instituições frágeis e vulnerabilidade a choques externos.”

Angola sendo um país dependente de commodities como petróleo e diamante como parte das suas maiores exportações ela torna sua economia é mais vulnerável a receitas fiscais e a flutuações dos preços internacionais. sendo um dos maiores produtores de petróleo na África subsaariana, deve ser um exemplo característico da maldição dos recursos naturais e houve substancialmente um investimento direto de companhias petrolíferas multinacionais no país. As exportações de petróleo no ano de 2006 foram no total de 30 mil milhões de dólares ao passo que ao mesmo tempo quase 70% da população Angolana vivia com menos de 2 dólares diários uma grande desigualdade, com um coeficiente de Gini de 0.62. A maioria não tem acesso a cuidados de saúde básicos, a taxa de matrícula nas escolas primárias é de apenas 56%, a taxa de analfabetismo é de 50% nas áreas rurais e esperança de vida à nascença de 41 anos (Banco Mundial, 2006, 2007). Com base nisso a sociedade Angolana vivia com base na baixa expectativa de vida pessoal que gira em torno de 61 anos. (Banco Mundial, 2024).

Com isso deduz-se que, no caso de Angola, as instituições governamentais estão ligadas ao partido no poder (MPLA), não conseguindo satisfazer as necessidades sociais. Perante tal situação, a população Angolana foi perdendo a confiança no governo, pois viu as suas necessidades primárias não sendo atendidas conforme o esperado. A crise econômica teve impactos significativos na arena política e a instabilidade afetou a legitimidade do governo, provocando descontentamento social, manifestação popular e questionamentos sobre eficiências das políticas públicas implementadas no período. Neste contexto, torna-se relevante investigar como a desvalorização do Kwanza influenciou o agravamento da crise política evidenciando a relação entre fatores econômicos e instabilidades institucionais.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, de caráter descritivo e analítico. Creswell define método misto como uma abordagem de pesquisa que permite combinar técnica quantitativa e qualitativa dentro do mesmo desenho de estudo para proporcionar melhores possibilidades analíticas (2010). A metodologia mista permite integrar diferentes perspectivas, ampliando a compreensão do fenômeno estudado em suas múltiplas dimensões.

No âmbito quantitativo, serão utilizados dados socioeconômicos provenientes de bases oficiais, indicadores estatísticos e informações sobre a economia angolana. Lamattina (2023) argumenta que a pesquisa quantitativa é uma abordagem metodológica focada na coleta e análise de dados numéricos para compreender e explicar fenômenos estudados. Assim, os dados organizados serão apresentados de modo a apresentar tendências, variações e padrões econômicos, sociais e políticos durante o período analisado.

Já a metodologia qualitativa utilizará sobretudo elementos de análise do discurso para a compreensão das perspectivas elaboradas pela oposição face à crise em Angola. Mobilizando fontes oficiais e de periódicos, serão interpretados relatos, manifestações e expressões críticas e contestatórias associadas à desvalorização do Kwanza e seus impactos sociais. Especial atenção será dada ao modo como estas vozes e discursos edificam interpretações mais elaboradas a respeito da crise em Angola, sua economia e política, seus culpados e suas soluções. Percebe-se que a abordagem qualitativa e a análise do discurso se mostra alinhada ao propósito deste estudo, uma vez que permite compreender a realidade investigada a partir das experiências, percepções e significados produzidos pelos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, a combinação de abordagens qualitativa e quantitativa oferece uma compreensão mais ampla e integrada do objeto de estudo, permitindo analisar tanto dados numéricos quanto os significados atribuídos ao contexto de desvalorização do Kwanza e seus impactos em Angola.

7 CRONOGRAMA

Etapa das Atividades	Março 2026	Abril 2026	Maió 2026	Junho 2026	Julho 2026	Agosto 2026	Setembro 2026	Outubro 2026
Levantamento Bibliográfico	X	X						
Coleta de dados documentais e Estatísticos			X	X				
Fundamentação teórica			X	X				X
Análise dos dados					X	X		
Revisão e ajustes finais							X	
Entrega e apresentação do projeto								X

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA LUSA. **Cidadãos exigem destituição imediata de Presidente da República angolano por liderar Governo "autoritário"**. 08 ago. 2025. Disponível em: <https://observador.pt/2025/08/08/cidadaos-exigem-destituicao-imediata-de-presidente-da-republica-angolano-por-liderar-governo-autoritario/>. Acesso em: 25 out.2025.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANGOLA, Portal da Embaixada na Turquia. **Angola foi informada sobre o Golfo da Guiné**. Disponível em: <https://turquia.mirex.gov.ao/web/noticias/angola-foi-informada-sobre-o-golfo-da-guin->. Acesso em: 25 out.2025.

ASSIS, Cristina Ferreira; Monteiro, Rhadson. **Metodologias qualitativas e quadros de referências**. Revista jurES, v.16.n19, p.1-28, jun. 2023. ISSN 2179-0167.

BANCO MUNDIAL. **Angola revisão das finanças públicas**. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores de desenvolvimento mundial: expectativa de vida ao nascer – Angola**. Washington, DC: Banco Mundial, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=AO>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=AO>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Economia política africana: do desenvolvimento ao subdesenvolvimento**. Revista da ABPN, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 44–51, mar - mai. p. 78-104. 2021.

BURGIS, Tom. **A pilhagem de África: Portugal**. Vogais, 2015.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (CEIC). **Angola atravessa desaceleração económica estrutural**. Deutsche Welle, 19 jul. 2016.

CHANG, Ha-joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2003

COSTA JÚNIOR, Adalberto. UNITA acusa MPLA de usar conta do Tesouro como propriedade privada. **Jornal 24 Horas**, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://angola24horas.com/angola-24-horas-noticias/item/27460-unita-acusa-pr-de-ter-subtraido-1-8-mil-milhoes-de-dolares-para-sustentar-a-sua-campanha-e-do-mpla>. Acesso em: 06 de junho 2025.

CRESWELL, John w. Tradução Magda Lopes. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED,2010.

DAMÁSIO, Matias. Kwanza Burro. 2012. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=rQIJOhYI-tg&list=RDrQIJOhYI-tg&start_radio=.](https://www.youtube.com/watch?v=rQIJOhYI-tg&list=RDrQIJOhYI-tg&start_radio=)
Acesso em: 8 nov. 2025

DIAS, Ricardo Edwin Vieira Falcão. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) ProQuest Dissertations & Theses, 2021.

DW. Angola. **Angola:** Líderes da oposição pedem marchas pacíficas. Deutsche Welle, 17 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-l%C3%ADderes-da-oposi%C3%A7%C3%A3o-expressam-apoio-ao-protesto-e-pedem-marchas-pac%C3%ADficas/a-65949673>. Acesso em: 25 out.2025.

DW. Angola. **UNITA denuncia violência policial contra manifestantes.** Deutsche Welle, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/unita-denuncia-repress%C3%A3o-policial-em-manifesta%C3%A7%C3%A3o-contrasubida-do-combust%C3%ADvel/a-73273046>. Acesso em: 25 out.2025.

DW. Angola: **João Lourenço diz ter encontrado "cofres vazios"**. Deutsche Welle, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-diz-ter-encontrado-cofres-vazios/a-46300578> . Acesso em: 06 jun. 2025.

FRONT LINE DEFENDERS. **Histórico do caso:** Angola 15+2. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-152>. acesso em : 20 nov. 2025.

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/c8bc246d-edc3-5a23-8067-674404f296cf/content>Instituto de Altos Estudos Militares, 2002.

file:///C:/Users/h/Downloads/MAJ%20Dias%20Martins-1.pdf [03/04/2022].

<https://www.dw.com/pt-002/angola-atravesadasesacelera%C3%A7%C3%A3o-econ%C3%B3mica-estrutural/a-19413169>. Acesso em: 6 jun. 2025.

KARL, Terry Lynn. **The Paradox of Plenty:** Oil Booms and Petro-States. Berkeley: University of California Press, 1997

LAMATTINA, Alexandre de Araujo; PERALTA, Miriã Cardoso; PAULINO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Durval dos Santos. **Quantificando realidades:** Técnicas de pesquisas quantitativas. 2023.

NAFOIA, Joaquim. **Desvalorização recorde do Kwanza está a destruir o que resta da precária classe média angolana, aponta oposição e organizações da sociedade civil.** Novo Jornal, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/-desvalorizacao-recorde-do-kwanza-esta-a-destruir-o-que-resta-daprecaria-classe-media-angolana-aponta-oposicao-e-organizacoes-da-sociedade-civil-113815.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

NEGÓCIOS DE ANGOLA. **Angola tem 33 milhões de habitantes: 64,9% é jovem com idade inferior a 25 anos.** 2022. Disponível em: <https://www.negociosdeangola.com/angola-tem-33-milhoes-de-habitantes-649-e-jovem-com-idade-inferior-a-25-anos>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NKRUMAH, kwame. **Neo-colonialism: The last stage of imperialism**. London: Thomas Nelson, 1965,188

OPAÍS. **CASA-CE insta Executivo à criação de condições para devolução do poder de compra às famílias**. O País, Luanda, 15 mai. 2024. Disponível em: <https://www.opais.ao/politica/casa-ce-insta-executivo-a-criacao-de-condicoes-para-devolucao-do-poder-de-compra-as-familias/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

Pobreza e Vulnerabilidade nas Zonas Urbanas de Angola (Portuguese). Equitable Growth, Finance and Institutions Notes Washington, D.C. : World Bank Group. <https://documents.worldbank.org/curated/en/099060724053217069>

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Tradução, Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROUBINE, Nouriel; MIHN, Stephen. **A economia das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: intrinseca , 2010.
SACHS, J.; WARNER, A. **Natural resources abundance and economic growth** Dec. 1995. (NBER Working Paper, n. 5398).

SACHS, Jeffrey D.; WARNER, Andrew M. **The curse of natural resources**. European Economic Review, v. 45, n. 4-6, p. 827–838, 2001.

SARTORI, Giovanni. **Teoria da democracia**. Tradução ALMEIDA, R.H. São Paulo, Editora paz e terra, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITA. **“A economia angolana encontra-se amarrada a um enorme embondeiro chamado partido-estado”**, diz líder da UNITA. Disponível em: <https://unita-angola.co.ao/20519-2/>. Acesso em: 6 jun. 2025

VALOR ECONÔMICO. **Mais de 4 milhões de pessoas saíram de Angola entre 2017 e 2020**. Valor Económico, Luanda, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://valoreconomico.co.ao/artigo/mais-de-4-milhoes-de-pessoas-sairam-de-angola-entre-2017-e-2020> . Acesso em: 14 jun. 2025.